

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.654.032 - SP (2020/0017954-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : USINA ITAJOBILTD - ACUCAR E ALCOOL
ADVOGADOS : MARCOS TADEU DE SOUZA E OUTRO(S) - SP089710
MARIA BEATRIZ TAFURI - SP218309
AGRAVADO : CORNELIO LUIZ DE FIGUEIREDO
ADVOGADOS : BENEDITO PEREIRA DA CONCEIÇÃO - SP076425
FERNANDO PEREIRA DA CONCEIÇÃO E OUTRO(S) -
SP203786
INTERES. : CARLOS LEON
ADVOGADO : RENATO ALCIDES ÂNGELO - SP088559

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por USINA ITAJOBILTD - AÇÚCAR E
ÁLCOOL, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88,
visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO, assim resumido:

RESPONSABILIDADE CIVIL INDENIZAÇÃO POR DANOS
MATERIAIS E MORAIS – Procedência em parte decretada – reforma da
sentença perseguida pela requerida, que sem qualquer dúvida imputou a
mesma a responsabilidade pelos danos causados pelo incêndio que se
propagou pelo interior do sítio do apelado - Sentença que deve ser mantida,
ante a ausência de qualquer prova contrária que infirmasse a conclusão
adotada – Recurso improvido. (fls. 385).

A recorrente alega violação dos arts. 373, II, e 489, § 1º, III e IV, do CPC,
no que concerne ao ônus da prova e à ausência de fundamentação no aresto de origem,
diante de prova documental que aponta a responsabilidade pelo evento para outrem, por
equívoco de nomes de empresas, trazendo os seguintes argumentos:

Lamentavelmente sobreveio o venerando acórdão que simplesmente
encampou os erros da r. sentença limitando-se a afirmar que "a sentença
deve ser mantida, ante a ausência de qualquer prova contrária que
informasse a conclusão adotada". Justamente pela precariedade da decisão
assim proferida, a recorrente ofertou embargos declaratórios instigando o
Tribunal a se manifestar sobre a alegação de que a prova documental dos
autos, não examinada em primeiro grau, aponta terceiro como causador do
fogo que atingiu o imóvel do proponente da ação, requerendo, ainda, que a
Corte se pronunciasse sobre o ônus da prova à luz do artigo 373, II, do
CPC, pois não é dado impor ao acionado o fardo de demonstrar fato
negativo, qual seja, o de que não incorreu na conduta ilícita apontada na
inicial.

Os embargos de declaração foram rejeitados sem qualquer análise do quanto alegado pela ora recorrente. Nada, absolutamente nada, foi enfrentado ou dito por ocasião do julgamento dos aclaratórios, de forma que, nesse particular, a Corte Paulista olvidou o comando do artigo 489, do CPC.

[...]

Com efeito, tal como destacado no primeiro tópico dos embargos de declaração, "O RECURSO DE APELAÇÃO TEM COMO PREMISSA O FATO DE A SENTENÇA TER INCORRIDO EM ERRO MATERIAL DE CONFUNDIR USINA COFCO COM USINA ITAJOBI". Mesmo diante de tal absurdo, o E. Tribunal de Justiça não se pronunciou sobre o tema. E esse absurdo denunciado em primeiro grau acabou encampado pelo acórdão recorrido que, como visto, mantém a confusão de atribuir à recorrente, Usina Itaiobi, uma ação tida como ilícita praticada por outra empresa do mesmo ramo, da região, a Usina Cofco. Enquanto a prova documental aponta esta última como responsável pelo evento, o Tribunal não levou em consideração tal fato e manteve a condenação imposta contra quem não teve a menor participação no episódio.

A recorrente ponderou que, mesmo que não se considerasse a força probatória do Boletim de Ocorrência feito pela Autoridade Ambiental apontando a USINA COFCO como responsável pelo sinistro, ainda assim a ação em face da ora recorrente, USINA ITAJOBI, não poderia medrar pois o proponente da ação não trouxe qualquer prova, oral ou documental, que indicasse a mais remota participação desta última e, demais a mais, não seria correto atribuir à acionada o fardo de provar fato negativo sob pena de ofensa ao artigo 373, II, do CPC, que limita a atribuir ao demandado o ônus provar fato "impeditivo; modificativo ou extintivo do direito do autor".

[...]

Ora, no caso dos autos não é preciso verter muita tinta para demonstrar a violação a tal dispositivo. Se a recorrente alegou que o ilícito causador do dano foi realizado por outra usina, a NOBLE, e não por ela, USINA ITAJOBI, como apontam os relatórios da Polícia Ambiental e o próprio autor, incorrendo a r. sentença em erro material ao confundir as duas empresas, o mínimo que se esperava do Tribunal era dirimir tal questão, e não, pura e simplesmente, encampar aquele absurdo mantendo a procedência da ação como que homologando a equivocada decisão de primeiro grau. (fls. 409/411).

É o relatório.

Decido.

Quanto ao art. 489, § 1º, III e IV, do CPC, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão posta não foi especificamente examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP,

relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Além disso, quanto ao mais, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Ao contrário do que se sustenta a corre autora no apelo, o decisum se baseou em prova documental e testemunhal válida e consistente confirmando que um caminhão, a serviço da usina requerida, causou um incêndio de proporções consideráveis na propriedade do ora apelada, durante manobra no transporte de mudas de cana de açúcar até as dependências da, usina.

As testemunhas asseveraram de maneira uníssona que os funcionários da usina requerida, no momento do incêndio e incluindo-se os condutores do caminhão, confirmaram que durante uma manobra do mesmo ocorreu uma colisão com a rede de energia, causando um curto circuito e, subsequentemente, o incêndio, esvaziando a tese lançada pela apelante. Basta examinar os depoimentos, sendo desnecessária sua repetição aqui. Destarte, não se vislumbra no conjunto fático e probatório dos autos nenhum elemento técnico capaz de demonstrar eventual desacerto da conclusão exarada na sentença de primeiro grau.

Nesse contexto, em que pese o inconformismo da apelante, vê-se que outro não poderia ser o desfecho da demanda, isso porque, afirmando uma das partes que certo fato aconteceu e não se ó desonerando o adversário do ônus de negar-lhe veracidade ou de provar fato contrário (segundo seu interesse), a situação que se afigura de incontrovérsia. Não tendo a requerida, ora, apelante, se desincumbido do ônus processual, correta a decisão recorrida. (fls. 387/88).

Assim, portanto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente